

VU Research Portal

Entre o fogo cruzado e o campo minado:

Valle Menezes, P.

2015

document version

Publisher's PDF, also known as Version of record

[Link to publication in VU Research Portal](#)

citation for published version (APA)

Valle Menezes, P. (2015). *Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificacao de favelas cariocas*. Vrije Universiteit.

General rights

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal ?

Take down policy

If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

E-mail address:

vuresearchportal.ub@vu.nl

8. NOVAS INSEGURANÇAS EM “TEMPOS DE PAZ”

8.1. “Tem um tarado rondando na favela”

Um dos benefícios indiscutíveis das UPPs, em seus primeiros anos, foi a redução das mortes violentas e dos tiroteios nas favelas “pacificadas”. Ninguém nega que a diminuição da visibilidade das armas e dos conflitos armados tiveram um impacto positivo na rotina dos moradores de favelas – visto que, anteriormente, a possibilidade constante de conflitos armados gerava grande ansiedade na vida cotidiana dessa parcela da população da cidade. No entanto, entre 2010 e 2011, comecei a ouvir no Santa Marta e, posteriormente, na Cidade de Deus, inúmeros rumores de que, desde a chegada da UPP, estariam se multiplicando nessas favelas casos de furtos, roubos, brigas e até estupros. Essas narrativas indicavam que a chegada da chamada “pacificação” – apesar de ter gerado uma queda significativa na ocorrência de tiroteios e homicídios – não significou o fim da violência, mas sim uma mudança nos padrões de crime e conflito nas favelas “pacificadas”.

No final de 2010, eu morava no Santa Marta e em todos os cantos da favela não se falava de outro assunto: o comentário geral era que tinha um tarado rondando o morro. Este caso me chamou a atenção porque mobilizou muito os moradores e gerou uma série de especulações. Fiz as primeiras anotações sobre o caso em meu diário de campo no dia 13 de novembro:

Enquanto estamos na Praça Corumbá conversando, Fabiano e Anderson comentam sobre o “tarado” que estaria rondando o morro. Eles contam que ouviram falar que o tal estuprador já teria tentado atacar quatro crianças. Pergunto como foi que isso ocorreu e eles dizem que não sabem ao certo como os ataques tinham ocorrido, mas tinham ouvido falar que três meninos teriam conseguido fugir e um teria sido violentado. Eles apontam que ninguém sabe ainda se essa história é mentira ou verdade. Mas agora muitas mães estão com medo de deixar os filhos brincando ou circulando pelo morro já que tem um tarado rondando o morro. (Notas de campo de 13 de novembro de 2010).

Ouvi relatos semelhantes ao feito por Fabiano e Anderson diversas vezes nos dias posteriores. Em minhas conversas cotidianas com moradores do Santa Marta, a história quase sempre era narrada seguindo uma mesma estrutura. As pessoas que comentavam sobre o caso, em geral, iniciavam suas narrativas dizendo que tinham ouvido falar que algumas crianças do morro teriam sido atacadas e, logo, começavam a especular quem poderia ser o tal tarado.

Em conversas informais que ouvi no pé da escada, nos becos, na casa de moradores e em espaços públicos da favela “pacificada”, diversos habitantes do Santa Marta apontavam que, para eles, não fazia sentido pensar que o tarado fosse alguém do morro, porque julgavam que “ninguém ia vacilar tanto assim no local onde mora”. Apenas as crianças levantavam a hipótese de que o tarado poderia ser um morador²²⁸. Os adultos, em geral, especulavam que o tarado poderia ser “um desses turistas que vem para favela com uma câmera pendurada no pescoço e ficam tirando foto das crianças sem pedir autorização para os pais”²²⁹.

Desde que comecei meu trabalho de campo na favela, ouço moradores comentarem que muitas “pessoas de fora” passaram a circular pelo morro nos últimos anos. Além da chegada da UPP, a inauguração de um plano inclinado na favela que ocorreu em 2008 também colaborou para o aumento da percepção de que a favela estava sendo “invadida” por “pessoas de fora”. Como Santa Marta é uma favela relativamente pequena, que tem apenas duas vias de acesso (uma pela Rua Marechal Francisco de Moura em Botafogo e outra pela Rua Oswaldo Seabra em Laranjeiras), antes da inauguração do plano inclinado só era possível circular a pé pela favela. Então, os moradores narram que sempre puderam observar e, de certo modo, controlar quem entrava e saía da favela. Com a inauguração do plano inclinado (popularmente conhecido como “bondinho”), contudo, houve uma mudança nos fluxos de circulação pelo território, o que gerou nos moradores uma sensação de que eles não eram mais capazes de monitorar da mesma forma quem estava rondando a vizinhança. Nesse contexto em que o ambiente da favela estava sofrendo uma série de modificações, o surgimento de relatos sobre possíveis ataques de um “tarado”, potencializaram ainda

²²⁸ Em 2012, durante uma conversa, Luiz, um menino de 10 anos me contou que “uma vez eu estava no Capoeirão (parte do morro localizada embaixo do trilho do bonde onde há um terreno baldio) esperando uma amiga sair do banheiro, aí veio um cara fingindo que estava pegando água. Ele era preto, grande e feio. Aí ele começou a correr atrás de mim. Minha mãe estava na barraca do Seu Lucas e eu corri para lá. Aí um moço (um morador) que estava no bar foi atrás do tarado para ver se ele estava com uma arma. (...) Acho que o tarado morava aqui”.

²²⁹ Um grupo de crianças me contou que tinha sumido um menino de 6 anos no morro. Marina, uma menina de 10 anos que participa da conversa explicou que na verdade o menino já tinha aparecido. Segundo ela: “ele estava na casa do amigo dele, mas acharam que fosse turista (que tivesse levado o menino)”. Um outro menino então comentou: “eles (os turistas) pedem para ir na casa da pessoa ou chegam no morro e pedem “me leva para tal lugar”, aí eles pegam e levam para outro país (...) Eles pegam, sequestram, roubam que nem na novela”. A novela citada por ele era *Salve Jorge* que foi exibida pela Rede Globo entre 2012 e 2013. A trama abordava a temática do tráfico humano e contava o drama de brasileiras que eram enganadas e levadas para outros países.

mais a sensação de que os moradores estavam deixando de ter o “controle” de quem circulava pelo morro.

Além daqueles que cogitavam que o tarado poderia ser um turista ou alguém que “se passa” por turista só para subir o morro e “fazer maldade com as crianças”, havia outros moradores que discordavam dessa hipótese sugerindo que o criminoso provavelmente não era alguém “da rua”, porque “ninguém que não conhece a favela teria coragem de subir o morro para fazer isso”. Nesse sentido, ouvi ainda comentários de que o estuprador poderia ser um dos policiais que atuam na UPP do Santa Marta. Todavia, me chamou a atenção o fato de ninguém ter apresentado a possibilidade de o estuprador ser um bandido do morro.

Quem levantava a hipótese de que o “tarado” poderia ser um policial²³⁰, geralmente criticava a postura dos agentes da UPP, como fizeram Fabiano e Anderson ao reclamarem que os PMs não tinham aumentado “as rondas” nem estavam “dando a mínima bola para essa história do tarado”. Na visão deles, os agentes da UPP só queriam “saber de ficar atrás de droga no morro”.

Além das especulações sobre a identidade do “tarado”, começaram a surgir, em novembro de 2010, algumas sugestões de possíveis soluções para evitar que o crime se repetisse. Chamou-me particular atenção o fato de nenhuma das propostas apresentadas para evitar novos ataques envolver a UPP. As opções levantadas eram: a) fazer justiça com as próprias mãos; b) criar um sistema de vigilância com apitos organizado pelos próprios moradores; c) ir à Defensoria Pública fazer uma denúncia.

Ouvi um debate sobre essas diferentes possibilidades em um fim do dia no Santa Marta. Naquela tarde eu estava na recepção da Rádio conversando com o Fiell, quando Ana – uma moradora que eu não conhecia até então – chegou dizendo que

²³⁰ Embora no caso do Santa Marta não tenha sido provado que policiais estupraram, de fato, jovens da favela. Posteriormente, a mesma especulação apareceu quando novos casos de estupros ocorreram em outras favelas “pacificadas”. No início de agosto de 2014, policiais da UPP do Jacarezinho foram presos suspeitos de abuso sexual. No fim do mesmo mês “o Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro informou neste domingo (31) que expulsou quatro policiais militares da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) do Méier. Eles são acusados de terem estuprado duas mulheres e uma adolescente na comunidade do Jacarezinho, zona norte do Rio. Os quatro ainda respondem ao processo perante a Justiça. (...) De acordo com a denúncia do Ministério Público sobre o caso, por volta da meia-noite do dia 5 de agosto, os denunciados chegaram a um beco localizado sob um viaduto em Benfica e foram hostilizados por supostos usuários de drogas, que arremessaram pedras contra os PMs. Em resposta, os agentes decidiram entrar nas casas próximas ao local e obrigar moradores a sair de suas residências. Durante essa ação, os policiais encontraram as vítimas, que foram levadas para um barraco. Ainda segundo o MP-RJ, os policiais agrediram as jovens com tapas e socos, ameaças de morte e as estupraram”. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/08/31/pm-do-rio-expulsa-4-soldados-de-upp-acusados-de-estupro.htm> (Acessado em 14 de outubro de 2014).

estava muito preocupada com os relatos de tentativa de ataques do tarado. Ela contou que soube que a mãe do menino violentado teria dado queixa do crime na delegacia. Mas, na opinião de Ana, dar queixa não era suficiente. Ela achava que era preciso fazer algo mais, como procurar a Defensoria Pública. Como tinha um contato de um defensor, Ana disse que iria falar com a mãe do menino para ver se ela aceitava acionar a Defensoria. No entanto, ela achava que, além disso, as lideranças da favela deveriam tomar alguma atitude em conjunto.

Fiell disse que apoiava a ideia de todos juntos fazerem alguma coisa para tentar conter os ataques, mas ressaltou que não queria incentivar que algo fora da lei fosse feito. Ele falou que tinha ouvido muita gente dizendo que todos deveriam “juntar em cima do cara”, pegar o suposto estuprador e dar uma surra. Ana comentou que já tinha ouvido também muitas pessoas dizendo pelo morro que não queriam que o tarado “caísse na mão da polícia”, pois preferiam fazer justiça com as próprias mãos. Eu mesma já tinha ouvido anteriormente alguns moradores falando que, mais do que fazer justiça, o que queriam era vingança com requintes de crueldade. Muitos descreviam o que era feito na época do tráfico quando algum caso de estupro acontecia e diziam que punições como as que eram impostas pelos traficantes – como bater, capar o estuprador e obrigá-lo a fazer as mesmas coisas que ele faz com as crianças – deveriam continuar sendo utilizadas nesse tipo de caso²³¹.

Fiell reafirmou que não acreditava que “fazer justiça com as próprias mãos” seria a melhor solução para o caso e reafirmou que, se Ana estivesse propondo esse tipo de atitude, ele não iria apoiá-la. E aproveitou para questionar: “(...) Cadê as câmeras que a UPP instalou aqui para monitorar a favela? Cadê as câmeras que não estão gravando os ataques do tarado?”, acrescentando em seguida que tinha ouvido que um dos ataques aconteceu perto de um lugar em que havia uma câmera instalada. Ana concordou, apontando que os policiais da UPP, na verdade, não usavam a câmera para vigiar esse tipo de coisa. Por isso, na opinião dela, seria melhor que os próprios

²³¹ Outro líder comunitário do Santa Marta incentivou em seu programa na Rádio Comunitária uma espécie de “caça ao tarado”, estimulando qualquer morador a “dar pazada”, ou “soltar o ferro” no tarado. E esse não foi o primeiro caso no qual essa liderança incentiva a população a reagir de forma violenta contra “monstrinhos” que estão atuando na favela. Após um episódio no qual alguém quebrou o vidro da porta do bonde, por exemplo, a tal liderança sugeriu em seu programa na rádio que moradores deviam “pegar o monstrinho que fez isso”, “porque ele tem que aprender que isso não pode ser feito”, que “tinham que dar na cara dele” etc. Tal fala foi criticada pela diretoria da Rádio que considerou que esse tipo de mensagem não deveria ser vinculada para não incentivar o uso da violência como um instrumento de resolução dos conflitos na favela.

moradores criassem outro tipo de vigilância. Ela propôs, então, que os moradores comprassem uns apitos e saíssem apitando quando identificassem algum movimento suspeito para, assim, chamar a atenção e colocar todos em alerta.

Ana explicou que julgava esse tipo de ação necessária porque o clima na favela era de pânico generalizado. Ela, assim como outros moradores, apontava que os relatos dos ataques do tarado tinham gerado o surgimento de um medo difuso que passara a perturbar a rotina de quem vivia na favela, fazendo diversos moradores alterarem seus fluxos de circulação pelo morro. Ana disse que desde então não se sentia mais segura ao circular sozinha pela favela. Ela lembrou que um dia tinha sido “escortada” por amigos para descer do “Pico” porque estava com medo. Ouvi relatos semelhantes de outros moradores na mesma época. Em uma noite estava em um bar que eu sempre frequentava, Mariana – jovem moradora do Santa Marta – disse que queria voltar para casa, mas que achava melhor esperar até o fim da festa que estava acontecendo no local para ir embora com o marido. Ela preferiu não circular sozinha pela favela naquele horário pois não queria “correr o risco de encontrar o tarado”.

Confesso que, nesse período, eu também fiquei com medo de circular durante as noites por algumas ruas escuras do morro. Nessa mesma época, devido a uma viagem que já tinha sido agendada anteriormente, tive que me ausentar da favela por alguns dias. Quando voltei de viagem e retornei para o meu quarto alugado no morro, estranhei, contudo, o fato de ninguém falar mais nada sobre o caso do tarado.

8.2. Diferentes versões para explicar o “sumiço do tarado”

Como o assunto do “tarado” tinha mobilizado tanto as pessoas, era impossível não questionar por que ele não estaria mais sendo comentado. Comecei, então, a perguntar a alguns moradores o que tinha acontecido com o tal tarado e ouvi que ele tinha sumido e que não tinham acontecido novos ataques. Quando eu questionava por que as pessoas achavam que os ataques tinham tido fim, foram-me apresentadas diferentes versões²³² para explicar o tal “o sumiço do tarado”.

²³² Vale lembrar aqui que os rumores ganham energia através de uma série de diálogos. Segundo Trajano Filho, “o enredo narrado é literalmente representado durante as interações e, em cada diálogo dramatizado, novos sentidos são negociados, diferentes conteúdos são agregados à trama, interpretações prévias são descartadas e novos fatos acrescentados” (2000, p. 9). Ou como lembra Das (2008) os rumores muitas vezes apresentam interpretações e contrainterpretações de um mesmo fato conflituoso. Essas formas de interpretar e reinterpretar um evento são baseadas em (e, ao mesmo

Em uma das versões que ouvi sobre o fim dos ataques do “tarado”, traficantes eram considerados os “heróis” da história. Paula, uma moradora do Santa Marta, disse-me durante uma entrevista que o estuprador teria sumido logo após o início do processo de “pacificação” do Complexo do Alemão no final de novembro de 2010. Isso porque, assim que a invasão policial do Alemão teve início, começaram a surgir rumores de que traficantes que atuavam no Complexo teriam fugido e se escondido em outras favelas “pacificadas”. A partir daí, Paula disse que algumas pessoas tinham achado que o tarado teria ficado com medo dos traficantes que estariam se escondendo no Santa Marta e, por isso, teria parado de atacar as crianças do morro:

Lembra a história do estuprador que teve aí. Você lembra, não é? Cadê? Apareceu? Depois que deu esse negócio lá no Complexo do Alemão, aí falaram que tinha gente escondida aí no morro e nunca mais se ouviu falar do estuprador. O pessoal diz que ele ficou com medo. Mas será que tinha tarado realmente? (Trecho de entrevista com moradora do Santa Marta)

Um outra versão²³³ do desaparecimento colocava os traficantes como os grandes “vilões” que teriam criado toda a história de violência sexual na favela “pacificada”. De acordo com essa versão, nenhum caso de estupro teria, de fato, ocorrido. Tudo não teria passado de um “boato”²³⁴, de uma invenção de traficantes, que visavam espalhar o pânico entre a população e gerar saudade do período pré-UPP.

Isso daí foi factóide! Foi mentira que inventaram! Isso daí é manobra! É para criar massa de manobra dentro da comunidade. O que aconteceu

tempo, explicitam) diferentes “pontos de vistas” ou “visões de mundo” que vão sendo debatidas coletivamente, como aconteceu no caso do tarado do Santa Marta.

²³³ Ainda que tenha sido menos comentada, houve uma terceira versão para explicar o sumiço do tarado. Ouvi essa versão só em 2012, quando um menino me contou que os moradores teriam “feito justiça com as próprias mãos” no caso do tarado. Segundo ele: “Mataram ele (o tarado)! Deram uma surra tão forte nele que mataram ele! (...) Outro dia, o Tio Márcio foi lá perto do capoeirão de noite, aí ele estava fumando um cigarrinho. Aí um cara saiu, um cara estranho que nem eu falei para ele. Aí num outro dia, viram o cara que sequestraram a filha dele, aí foram lá e meteram a porrada nele e arrancaram o osso do cara, foi o Danilo filho da Maria que falou isso para mim”. Quando estava acabando de contar a história, ele foi interrompido pela amiga, de 10 anos, que o desmentiu: “é mentira que mataram o tarado”. E o menino retruca “foram uns estranhos que a gente não sabe, mas agora a gente não sabe se ele está morto ou se ele está vivo!”. Embora essa versão tenha sido apresentada de forma um pouco fantasiosa por ele e questionada pela amiga, não acho que ela deva ser ignorada, já que não era pequeno o número de moradores que dizia desejar que a morte do tarado, de fato, ocorresse.

²³⁴ Boato é um termo menos explorado pela literatura do que rumores e fofocas, por exemplo. Ele, geralmente, oscila entre as definições dos dois gêneros anteriores (FINE, 1985). No caso do meu trabalho de campo, esse termo aparece com uma denotação negativa. Ele é acionado quando alguém quer questionar a veracidade de uma informação. Por isso, quando um relato é rotulado como boato ele perde parte de sua credibilidade. Todavia, é interessante ressaltar, que isso não quer dizer que ele pare totalmente de circular, visto que sua veracidade é questionada, mas não é totalmente descartada.

foram pessoas querendo montar um outro tipo de movimentação na comunidade para a comunidade ficar com os pensamentos dúbios dentro da cabeça. Mas cadê? Me mostra uma pessoa que foi agarrada, que foi estuprada. Cadê? Não tem! Todas as pessoas que falam, nós fomos nos pais, nas mães e foi tudo mentira. Eu tenho certeza que foi para sentirem saudades do que era antes. (Trecho de entrevista com um morador do Morro Santa Marta)

Tal versão, indiretamente, apresentava uma crítica aos traficantes ou extraticantes que ainda estavam presentes na favela, mesmo depois da implantação da UPP. Na visão de quem defendeu essa hipótese, os bandidos já não tinham mais o mesmo *status*, a mesma força de antes e, por isso, precisavam criar rumores que relembram aspectos positivos do passado para questionar a ideia bastante difundida pelo Governo e pela mídia de que tudo melhorou a partir da implantação da UPP na favela.

Durante uma conversa informal com uma moradora – sem a presença de mais ninguém por perto²³⁵ – ela afirmou que os traficantes deviam estar comemorando a circulação desses rumores pela favela, porque isso faz com que as pessoas sintam saudades da época que eles dominavam o morro. Segunda ela, antes da chegada da UPP “não tinha nada disso no morro, não havia casos de estupro, não havia roubo e, se algum crime como esses ocorresse na favela, era sempre muito rapidamente solucionado”.

Não estuprar – assim como não roubar dentro do território da favela – é uma das mais conhecidas “leis do tráfico”. Os tarados, em especial, sempre ocuparam um lugar privilegiado e tiveram uma forte simbologia no contexto de domínio territorial armado dos traficantes nos morros. Todos sabiam que estuprar na favela era considerado um crime sem perdão. Logo, quando esse tipo de crime ocorria, os moradores já esperavam que traficantes, quase invariavelmente, matariam o estuprador. Letras de música (especialmente de rap e funk) abordam o tema da regulação das condutas sociais realizadas por traficantes. O rap “Como sobreviver na favela” de MV Bill, por exemplo, narra como a “lei do tráfico” impunha punições rígidas a quem roubava ou estuprava na favela no contexto pré-UPP.

²³⁵ Essa conversa aconteceu no quarto onde eu morava na favela em um dia que a moradora foi me visitar. É importante destacar o contexto no qual essa fala foi pronunciada, já que os moradores, quase sempre, evitam falar abertamente sobre o tráfico, principalmente, em público ou na presença de pessoas que não são consideradas “de confiança”.

Cdd, Juramento, Borel, Rocinha, Formiga
Alemão, Caixa D'Água, Jorge Turco, Mineira, Coroa
Santa Marta, Cantagalo, Vigário Geral, Salgueiro
Acari, Parada de Lucas, Grota, Providência, Serrinha
Em qualquer favela tem que seguir as ordens para não virar finado

Ai playboy ao entrar numa favela você sente que está sendo vigiado
Coração acelerado você fica preocupado
Porque tem uma lei que impera no lugar
E se você ficar de bobeira a chapa pode esquentar
A primeira ordem não pode ser juda
Tem que ser irmão se não leva tiro na bunda
Tem que respeitar toda a malandragem
Se não para o inferno vão te dar sua passagem
O último que tentou dar volta na parada
Levou tiro de fuzil e foi parar dentro da vala
Otário na favela é chamado de bundão
Tarado quando não morre perde o pau e perde a mão
(...)

A segunda ordem: roubo na favela
Se os caras te pegar isso vai dar a maior merda
Já roubou uma vez rouba duas rouba três
Vai cair pra trás porque tá na bola da vez
Antes de cair vai falar com o sangue bom
Que vigia a favela e não quer vacilação
(...)
A lei da favela é a lei do cão
Escreveu, não leu, vacilou, decorou o chão
A lei do silêncio aqui na favela mais forte
Se vacilar vai ter que contar com sua sorte
Se vacilar o bicho vai pegar
Tiro daqui tiro de lá (...) ²³⁶

Embora a letra da música apresente a ideia de que a punição para estupro e roubo na favela é algo praticamente inescapável, alguns depoimentos de moradores que ouvi ao longo de minha pesquisa relativizaram um pouco essa certeza. Durante uma entrevista feita em 2013, Davi, ao falar sobre o passado da favela, afirmou que:

o ritmo da favela na década de 80 era outro. As casas não tinham essa iluminação toda. Tinha lendas como a mulher do latão. Você ia lá pegar água e ela nunca saía da mina. Tinha uma lenda do cara que andava pela madrugada pegando filha dos outros. Isso tudo era causado pela escuridão, né? (...) Essa coisa de estupro acontecia muito, mas como quem praticava isso era de uma família poderosa, não tinha como ninguém reclamar. Eles que comandavam. Não adiantava falar com o irmão, que ele falava que ia falar, mas não adiantava. De dia era uma maravilha, mas de noite era um terror total. (Trecho de entrevista com um morador do Morro Santa Marta).

²³⁶ Letra disponível no site: <http://www.vagalume.com.br/my-bill/como-sobreviver-na-favela.html#ixzz2lo3qZe88> (Acessado no dia 26 de novembro de 2013).

Um relato semelhante apareceu em uma entrevista que fiz anteriormente (em 2010, pouco antes do surgimento do rumor do “tarado” do Santa Marta). Nessa ocasião, Fábio – um morador de cerca de 40 anos, que já foi envolvido com o tráfico de drogas e converteu-se em uma igreja evangélica – também disse que na década de 80 ocorriam com frequência estupros na favela. Segundo ele: “Ninguém fala, mas teve uma época que era muito estupro. Muitas pessoas, muitas mulheres foram estupradas, foram abusadas sexualmente por uma turma que tinha aqui, que se chamava turma dos Linos”²³⁷.

Em novembro de 2010 quando o rumor do “tarado” começou a circular pelo Santa Marta, narrativas como as citadas anteriormente – que apontam que nem sempre estupros foram punidos por bandidos da favela no passado, até porque, muitas vezes, esses atos eram praticados por integrantes dos bandos armados – parecem ter ficado esquecidas. Nesse momento, os rumores parecem ter ajudado a reativar uma outra região da memória dos moradores ou a transformar a memória coletiva, que como afirma Pollak está sujeita a flutuações constantes.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (1992, p. 202)

Das (2008) aponta que a linguagem não só transmite narrativas, mas também as produz. A autora aponta que o rumor ocupa uma região da linguagem que tem o potencial de nos fazer experimentar acontecimentos e mais do que assinalá-los como algo externo, os produzem durante o ato mesmo de enunciação. A antropóloga não sugere que a linguagem tenha o poder de simular que determinados acontecimentos ocorreram a partir do nada, mas sim que memórias que poderiam não ser despertadas (como certas memórias da época que os traficantes dominavam o morro) acabam ganhando vida na forma de rumores.

Ao refletir sobre rumores, Das utiliza os conceitos de tradução e rotação elaborados por Bergson para expor o que ela chama de “caráter infeccioso da linguagem”. Ambos os processos – tradução e rotação – permitem trazer o passado ao

²³⁷ No livro *O Abusado*, Caco Barcellos (2003) também faz referência à violência praticada contra mulheres cometidas pela família Lino no Santa Marta e narra o medo que os moradores tinham das mulheres serem violentadas dentro do morro.

presente, mas enquanto na tradução o passado se “contraí” com o propósito de fazê-lo inteligível no presente, no processo de rotação o passado “orienta” seus aspectos mais úteis para a situação presente e “termina por definir as qualidades afetivas do momento presente” (2008, p. 95). *Tradução e rotação* funcionam para atualizar certas regiões do passado e criam um sentido de continuidade entre acontecimentos que de outra forma não estariam conectados entre si. Das (2008) sugere que a análise de rumores não deve ser feita a partir de uma relação de causa e efeito, mas sim de cadeias de conexões que atualizam certas regiões do passado. Isso porque a linguagem e os acontecimentos se constituem mutuamente ao recorrer ao passado e apresentá-lo de uma forma contraída através dos rumores.

Ainda segundo a autora, a análise de rumores envolve, primeiramente, uma reflexão sobre o *processo de rotação* que gira em torno de certos aspectos do passado e através desse processo se fazem vivos no presente. Enquanto algumas regiões da memória permanecem adormecidas – como os casos nos quais os próprios bandidos das favelas abusaram de meninas do Santa Marta no passado –, o *processo de rotação* recupera outras regiões da memória – reavivando, por exemplo, no momento da circulação do rumor do tarado, a “eficiência” do tráfico no passado para “resolver” casos como esse. Já o *processo de tradução* das memórias em ações, segundo Das, depende de um conjunto de fatores locais sem os quais seria difícil compreender a especificidade da violência em torno da qual se constroem os rumores. No caso do Santa Marta, o *processo de tradução* inclui o contexto pós-UPP que “permite” que crimes violentos como estupro aconteçam sem que o culpado seja punido.

Assim como certo saudosismo em relação ao passado faz parte do processo de rotação, a crítica à situação presente faz parte do processo de tradução. O reavivamento das lembranças das punições impostas por traficantes a estupradores e ladrões que atuassem dentro da favela orienta, portanto, o julgamento que os moradores fazem da situação presente e termina por definir o que é considerado como uma possível resolução eficiente desse tipo de crime no momento presente.

Uma reflexão paralela sobre os *processos de rotação e tradução* permite notar, então, que o rumor do tarado – ao reavivar certas regiões da memória dos moradores e gerar saudosismo – abriu espaço para que fosse elaborada uma crítica à situação presente. Ou seja, os rumores funcionaram como uma espécie de “trampolim” (ou seja, funcionaram como subsídio) para a elaboração de uma crítica à prática policial implementada pela UPP como mostra a fala de uma moradora do Santa Marta:

Eu fiquei sabendo que chegaram a cometer atos com crianças aqui no morro, mas não posso te dar certeza, porque eu não vi. Dizem que ele [o tarado] tinha ido embora, mas, agora, estão falando que ele voltou de novo, que ele está rondando o morro. Falam que é pessoa conhecida, porque ele anda mascarado e tudo mais. Outros falam que não, que é pessoa de fora. Outros dizem que são pessoas que convivem no nosso dia a dia, que trabalham dentro da comunidade, em negócio de obra e que ele trabalha no meio deles. Então, a gente não sabe se é verdade, se é mentira. Mas a gente se importa *bastante* com isso tudo que dizem mesmo não sabendo se é verdade ou mentira, porque a gente fica com aquele receio de andar, certa hora da madrugada, por certos becos que são escuros, por não ter muito movimento de pessoas ali. Também as mães prendem mais seus filhos dentro de casa, até certo horário. Nove horas da noite já está tarde e [as crianças] têm que ir para dentro de casa. Mas os policiais, continuamente, não se preocupam tanto com isso. O foco deles é outro, é vigiar as pessoas que já foram do tráfico. Então, eles ficam muito em cima daquilo, focado em um só assunto, que são as drogas na comunidade. Então, a visão deles para o restante que “se exploda”, eles ficam mais focados dentro do assunto “drogas”. Eles ficam procurando quem está vendendo, querem saber quem é que compra, quem é usuário, quem não é. Não estão nem aí para a segurança do morador da favela. Eles não esquentam com isso! (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta).

8.3. “Estão roubando até cueca do varal”

Além do caso do “tarado” do Santa Marta, diversos rumores sobre casos de estupro e também de furto circularam em diversas favelas “pacificadas” nesse mesmo período e ajudaram a reforçar a construção de uma crítica ao policiamento realizado pela UPP. Em conversas informais com moradores pelos becos e vielas do Santa Marta e da Cidade de Deus, frequentemente, ouvia comentários como: “agora não se pode deixar nem uma cueca no varal que ela é roubada”, “deixar a janela e porta aberta agora nem pensar, senão vão mexer nas suas coisas e vão roubar”.

Inicialmente, os relatos sobre o aumento de furtos circulavam apenas de boca em boca. Durante uma conversa informal com dois moradores do Santa Marta com os quais eu tinha bastante proximidade, um deles me contou, em julho de 2010, que tinha ocorrido alguns dias antes um assalto bem perto da casa onde eu morava. Outro morador que estava perto comentou, então, que tinha ouvido falar que quatro meninos do morro estariam sumidos por causa desse assalto e achavam que eles haviam sido esfaqueados no matagal (que fica ao lado da favela). Ele não disse quem os teria matado, mas deu a entender que seria alguém ligado ao tráfico. Não voltei a ouvir falar sobre o sumiço desses meninos posteriormente. No entanto, em diversas conversas e entrevistas, ouvi relatos de vários outros casos de furto tanto no Santa Marta como na Cidade de Deus. A apresentação desses relatos geralmente era

acompanhada de uma preocupação com a questão da segurança dentro da favela. Os relatos apontavam que para tentar evitar a ocorrência desse tipo de crime muitas pessoas da favela evitavam deixar as portas e janelas abertas ou tinham instalado grades e trancas nas residências.

Em 2011 um caso de furto ganhou especial repercussão no Santa Marta. Acredito que essa repercussão estava associada primeiramente ao fato de o furto ter acontecido em um bar localizado bem perto de um dos prédios da UPP na favela. Em segundo lugar, acho que o caso chamou atenção porque – diferentemente das narrativas mais comuns que tratavam de furtos de objetos pessoais, como roupas, acessórios, eletrodomésticos, celulares ou computadores furtados de casas nas quais janelas ou portas estavam destrancadas – o episódio ocorrido no bar do Seu Zé envolveu o furto de um montante considerável em dinheiro que estava guardado dentro de uma gaveta trancada. Narrativas sobre esse furto circularam não só no boca a boca, mas também em redes sociais. Logo após o ocorrido, Thiago Firmino, uma liderança do Santa Marta, divulgou a seguinte mensagem no Facebook:

Morador da Favela Santa Marta tem seu bar arrombado, algo planejado, pois levaram somente seus 3.600 do cofre onde a chave estava guardada em segredo. O bar fica em frente a um posto da UPP distância de 6 metros e ninguém viu nada, não falaram nada nem se moveram pra nada. Morador teve que ir prestar queixa na delegacia nesse momento. (Texto postado no Facebook)

Logo em seguida, uma mulher comentou o *post* dizendo: “Que isso, meu Deus. Se falaram que estávamos seguros, aí está a resposta”. E outra pessoa comentou: “Mas eu não sei para que existe uma UPP. Também precisei uma vez e tive que ir à 10^a porque eles falaram que não podem registrar queixas! Então, me diz O QUE ELES FAZEM?!”. A primeira pessoa que tinha comentado completou: “Eu também queria entender o trabalho deles. Até hoje não sei!”. Depois ela ainda acrescentou: “6 metros (da UPP) e ninguém viu nada, não falaram nada nem se moveram para nada. Morador teve que ir prestar queixa na delegacia.”

Posteriormente, o mesmo caso ganhou destaque no blog Visão da Favela Brasil. Na “mídia alternativa”, o rapper Fiell fez um relato detalhado sobre o furto e apresentou uma análise sobre as consequências que casos como este geram entre os moradores do morro.

Nesta última terça-feira, 04/10/2011, na primeira favela a receber uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) com a totalidade de 120 PMs,

aconteceu um roubo a dois (2) metros da UPP. Mais conhecido no morro Santa Marta por: Seu Zé, um birosqueiro antigo na favela, teve seu estabelecimento assaltado. Arrombaram a birosca e roubaram seus: 3.600,00 reais. (...) Esse roubo na birosca do seu Zé, deixou a população do morro Santa Marta, em alerta. Ontem (terça-feira 04/10) ouvi várias pessoas falando em comprar uma porta de ferro, gradear os basculantes e redobrar a atenção em suas casas. Não, comparando, mais não posso deixar de relatar. Antes da entrada da UPP, tinha o tráfico armado, que dominava essa favela o (CV) Comando Vermelho. Toda população e visitantes sabiam as leis impostas pelo poder bélico do tráfico. A) Não deixar ter roubo dentro da favela e ao entorno; B) Não ter briga na favela. C) Qualquer morador pode dormir com suas portas abertas. E por aí vai (...). Nenhum dos 120 policiais da UPP, perceberam nenhuma anormalidade em menos de 3 metros de distância. Agora, se qualquer morador, estiver comemorando seu aniversário, ou coisa do tipo, eles (UPP) vão ao local e mandam desligar o som, e se não acatar a ordem, levam preso por desacato a autoridade. E nem vou citar as 12 câmeras de vigilância que estalaram aqui no Santa Marta²³⁸. Onde investiram mais de: 500 mil reais... (Para quê? E para quem?). Esse caso lamentável do roubo na birosca do seu Zé, levanta outra vez, o debate dentro do Santa Marta, onde todos os moradores precisam se comunicar e analisar o que está acontecendo dentro da favela. Vai ser triste ver portão de ferro, e grades na favela, coisa que já estamos vendo por falta de confiança, em que anda no morro, no vizinho, e nos outros 5.500 moradores. São lamentáveis esses fatos.²³⁹

No texto postado em seu blog, Fiell evidencia como a ocorrência de crimes como o furto à birosca do seu Zé tem, pelo menos, duas consequências. A primeira é o surgimento de novas inseguranças e desconfiâncias entre os moradores que agora já não se sentem mais à vontade para deixarem as janelas e portas abertas – como acontecia no passado –, e começam a desconfiar dos vizinhos e a ter atenção redobrada com o intuito de tentar evitar que se tornem vítimas de crimes.

A segunda consequência é o início da elaboração de uma crítica por parte dos moradores em relação à ineficiência do policiamento implementado pela UPP. Explico melhor: ao relatar casos de furtos e estupros que estariam acontecendo no

²³⁸ Durante um programa da Rádio Comunitária Santa Marta no qual a comandante Priscilla fez uma participação, em 2011, um morador ligou para fazer a seguinte pergunta para a então comandante da UPP: “nesses dois anos de UPP, infelizmente já fui vítima de 3 roubos. Essas imagens são solicitadas diretamente pela delegacia ou eu diretamente posso pedir?”. Ela respondeu que “as câmeras de monitoramento a gente não consegue infelizmente observar todas as áreas da comunidade. Se o furto acontecer em lugar que tem câmera, podemos puxar até dias para trás e o senhor mesmo vai ver. Peça para o senhor, ir lá pedir. Ou se for de mais dias atrás, peça a secretaria de Segurança Pública. Mas vou dar um exemplo, a câmera ali da Jupira, se ela tiver direcionada ali para o Cantão e o furto aconteceu no acesso da estação 1 até a escola de samba, não vai dar para verificar. Mas eu peço ao senhor para ir lá na UPP solicitar. Mas é o que eu falei se a câmera não filmou, pode ser quem tiver pedindo que não temos como retroceder o tempo”. E o presidente da associação de moradores que também participava do programa transmitido ao vivo na rádio acrescentou: “Tudo que acontece nas câmeras da comunidade, o morador tem dez dias para solicitar lá na central que fica lá dentro da UPP”.

²³⁹ Fonte: <http://www.visaodafavelabrasil.com.br/roubo-no-morro-santa-marta-a-dois-metro-da-upp/> (Acessado em 25 de novembro de 2013).

morro, muitos moradores reclamavam que os policiais não estariam fazendo nada para evitar nem mesmo investigar a ocorrência desses tipos de crime²⁴⁰. Este desinteresse dos policiais em tratar de crimes que geram forte insegurança dentro da favela, fazia com que muitos moradores tivessem a sensação de que a UPP não estaria no morro para prover segurança para quem mora no morro, mas apenas para vigiar e controlar a população favelada.

Gostaria de ressaltar, no entanto, que embora a crítica exposta por Fiell no texto postado em seu blog tenha encontrado “ressonância” junto a uma parcela de moradores das áreas “pacificadas”, ela também encontrou resistência de outra parcela da população. Uma análise mais detida da postagem no blog mostra que a crítica aberta feita à polícia pelo artista gerou reações controversas entre os leitores. Alguns postaram comentários questionando as informações passadas por Fiell e acusando o rapper de ter envolvimento com o tráfico.

Mais uma vez fica confirmada a sua participação no tráfico e seu apoio ao CV – Comando Vermelho. Acho que já está na hora de cair na realidade, a população do Santa Marta não aguenta mais suas intrigas, seus comentários. Fica muito claro que seu objetivo é único e exclusivo em manchar a imagem da Polícia, tentando colocar os moradores em uma espécie de insegurança que não existe. Se o tráfico ainda dominasse a região, nossas crianças ainda estariam reféns destes marginais da lei, aliciando-as e pondo em risco seu futuro. Acorda pra vida, volta pra sua terra natal, quem sabe lá você não seja querido, pelo menos por seus familiares. (Comentário de Antonio Carlos, postado em 14 de outubro de 2011)

Você Mc Fiell se diz um defensor dos direitos humanos, entendido do assunto policial e etc., mas você é um dos grandes causadores de tumulto dentro da comunidade Santa Marta, se você entende de lei deveria saber que existe uma lei do silêncio pela leis brasileiras, não é a UPP que cria isso, você deveria saber que vender droga como você faz e todos sabem é crime, você deveria saber que o gato de luz que tem no bar do seu sogro e na sua casa é crime, mas isso você ignora né? Mas é claro desde que a UPP foi pro morro a vida de pessoas simples como o seu Manuel e a senhora Joaquina ficaram boas, eles vivem sem ameaças de pessoas como você (...). Sem o controle do tráfico de drogas imposto por você e seus amigos, né Senhor Mc Fiell? Você que já responde a vários inquéritos policiais, uma hora vai ser preso de vez e assim a comunidade do Santa Marta será mais feliz por elementos nocivos como você só fazem mal à nossa comunidade. (...) (Comentário de José postado em 26 de outubro de 2011)

Os comentários postados no blog do Visão da Favela Brasil dão pistas para ajudar a entender como era complicado apresentar críticas à UPP nesse momento em

²⁴⁰ Como mostrei na seção anterior, os casos de estupro, assim como os de furto, ajudaram a criar uma certa nostalgia, visto que, em muitos casos, os traficantes que dominavam o morro puniam de modo rápido, severo e exemplar quem cometia esse tipo de crime dentro do território da favela.

que a “pacificação” estava “estabilizada” no Santa Marta e havia um forte consenso em torno do sucesso do projeto. Quando algum morador apresentava alguma “crítica aberta” à UPP, ele parecia ser, quase que imediatamente, capturado pelo dilema que o forçava a escolher entre UPP ou o tráfico. A apresentação de críticas levava, quase automaticamente, à suposição de adesão ao tráfico e, em seguida, uma defesa da UPP. Abria-se então uma estrutura controversa próxima ao que Boltanski e Clavérie descrevem como “*affaire*”²⁴¹:

Diferentemente do rumor e da fofoca, que consistem em sustentar uma acusação sem sujeito, dado que ninguém dela assume a responsabilidade e cada um não pretende senão repassar um dizer que lhe foi transmitido e que ele recebeu de um outro, e assim por diante, o *affaire* supõe que um ator crítico assuma para si a sustentação da acusação pública – que ele se apresente como um único homem, uma pura individualidade (ao modo do panfletário descrito por Marc Angenot) ou como o porta-voz de um grupo. A denúncia, posto que comporta uma violência feita a outrem, não é considerada aceitável a não ser que aquele que a sustenta assuma o risco de ver seu gesto se voltar contra ele e que ele se submeta à prova de um procedimento de investigação de cujo reconhecimento depende o reconhecimento público da validade de suas acusações. Se aquele que ele designa como sendo o culpado se encontra desculpado, ele deve poder, por sua vez, ser incriminado" (2007, p. 417)

Como sugerem Boltanski e Clavérie (2007), os rumores e as fofocas distinguem-se das “críticas abertas” e dos “*affaires*” não só porque produzem consequências menos incômodas para o acusado, mas também porque têm um custo muito menor para o acusador, ou seja, para aquele que apresenta a crítica. Esboçar qualquer crítica explícita à polícia no contexto das UPPs, sobretudo na fase em que imperava um forte consenso em torno das benesses do projeto, implicava em um altíssimo custo, pois “obrigava” aquele que proferia a crítica a se posicionar, tendo que responder perguntas delicadas como: “então, você preferia antes ou agora? Bom mesmo era no tempo do tráfico ou acha que está melhor agora?”.

Difícilmente, algum morador de favela “pacificada” conseguia apresentar uma crítica sem ser enquadrado em um desses polos (contra ou a favor da UPP). Mesmo dentro da favela era difícil apresentar uma “crítica aberta” contra a polícia, sem ser capturado por esse dilema, como ficou evidente nos recados deixados no blog Visão da Favela Brasil para Fiell por outros moradores do Santa Marta. É possível notar,

²⁴¹ Segundo Chateauraynaud (1991) um “*affaire*” é a expressão de um desacordo durável e um desacordo se exprime pela confrontação de pretensões ou versões opostas quanto a um acontecimento ou um estado de coisas no mundo. A importância de um *affaire* depende da importância dos seres que nele se encontram engajados.

claramente, neste exemplo, o surgimento de um “*affaire*”, pois Fiell que, inicialmente era o acusador, tornou-se objeto de acusação, logo tendo sido enquadrado como alguém que só é crítico à UPP porque seria “conivente do tráfico de drogas”. Nesse tipo de enquadramento não há possibilidade de ser crítico à UPP sem ser conivente com o tráfico. Nesse tipo de polarização, todos os moradores da favela se veem “obrigados” a se dividirem e a se posicionarem em um dos dois campos: os que são contra o tráfico e a favor da UPP *versus* os que são a favor do tráfico e contra a UPP.

Retomarei mais adiante o debate sobre a dificuldade de apresentação de críticas abertas à UPP no momento em que o projeto encontrava-se “estabilizado”. Mas antes mostrarei, na próxima seção, como os relatos sobre furtos no contexto pós-“pacificação” não ficaram circunscritos aos rumores e debates realizados em meios de comunicação alternativos.

8.4. Da anomalia à estatística

O caso do furto à mercearia do Seu Zé ocorrido no Santa Marta em 2011, além de ter sido debatido entre os moradores da favela no boca a boca e pela internet, também acabou virando notícia em um jornal carioca de grande circulação. No dia 07 de outubro, foi divulgada uma reportagem sobre o caso no jornal *Extra*:

Mercearia que fica embaixo de uma sub-sede da unidade no Dona Marta foi arrombada na terça-feira. Policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro Dona Marta se apressaram em dizer que foi um fato isolado. (...) O que mais chamou a atenção foi a localização da mercearia: debaixo de uma casa ocupada pela UPP. (Reportagem “A UPP deixou Seu Zé na mão” publicada no jornal *Extra* no dia 07 de outubro de 2011)

É importante observar que não há na matéria qualquer referência a um possível aumento no número de furtos e roubos nos territórios “pacificados”. Nesse caso, o furto é apresentado apenas como uma anomalia, ou seja, uma exceção, um caso isolado. Entretanto, a narrativa começa a mudar quando o aumento da ocorrência de furtos em favelas com UPPs passa a ser “estatisticamente comprovada”. No dia 09 de outubro de 2011, o Portal R7 divulgou uma reportagem intitulada “Crimes proibidos por ‘leis’ do tráfico afligem favelas pacificadas do Rio”, na qual era dito que “embora a chegada das UPPs tenha reduzido os homicídios e a presença ostensiva de traficantes, roubos e furtos aumentaram na região das favelas, segundo apontam dados do ISP (Instituto de Segurança Pública)”.

Uma breve análise da forma de circulação de relatos sobre furtos e roubos no contexto pós-UPP mostra que, com o passar dos anos de ocupação, as notícias sobre a ocorrência desses crimes foi ganhando força. Nos primeiros anos após a chegada da PM nas favelas, os relatos de furto circulavam apenas de boca em boca, como rumores (cuja veracidade era constantemente questionada). Em 2011, alguns casos de furto passaram a ser comentados em redes sociais e blogs e, posteriormente, a aparecer na chamada “grande mídia”. Assim, além de terem passado a circular mais, atingindo um público maior, essas notícias começaram a ganhar um estatuto de “fato”, ou seja, deixam de ter sua veracidade tão questionada e, posteriormente, o aumento desse tipo de crime acaba tornando-se um “dado oficial”.

Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ – coordenada pelo sociólogo Ignácio Cano e publicada sob os auspícios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – mostrou em 2012 que, apesar da presença das UPP ter conseguido efetivamente reduzir drasticamente a violência letal nas favelas ocupadas, houve um comprovado aumento do registro da ocorrência de crimes não letais em territórios “pacificados”.

Os registros de crimes não letais contra a pessoa, tais como lesões, ameaças e estupro, experimentam um aumento significativo nestas comunidades após a implantação das UPPs. Os crimes não violentos contra a propriedade, os furtos, também se incrementam após a entrada do projeto. (...) há duas explicações possíveis para este fenômeno. Uma é que os moradores, que não costumavam a ir à delegacia, passam a denunciar quando sofrem um crime. Isto se deve tanto ao trabalho policial, que encaminha as pessoas para delegacia, quanto ao fim da intimidação dos grupos armados locais, que não aceitavam a presença policial nem o recurso dos moradores ao sistema de justiça criminal. Paralelamente, os chefes desses grupos criminosos (traficantes, milicianos, etc.) exerciam nas comunidades um forte controle social autoritário, proibindo diversas condutas criminosas e punindo severamente os transgressores. Assim, quem cometia um furto na comunidade arriscava ser torturado, expulso ou morto pelo poder armado local, o que provavelmente contribuía para reduzir este tipo de conduta. Portanto, uma vez ausente este controle social autoritário e extralegal, é bem possível que a incidência destes crimes esteja aumentando. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012, p.45)

A pesquisa indica que mais pessoas, desde a implementação da UPP, têm ido à delegacia denunciar esses tipos de crime. Entretanto, ela não permite afirmar que, inquestionavelmente, houve um aumento desses crimes. Isso porque, como o relatório sugere, esse aumento dos registros pode ter sido causado não por um aumento real dos crimes, mas por uma diminuição do sub-registro que existia anteriormente.

Durante meu trabalho de campo no Santa Marta observei que, independente do fato de ter havido um aumento real ou ter ocorrido apenas um aumento dos registros de furtos, houve uma mudança qualitativa concreta da sensação dos moradores: eles passaram a se preocupar mais com a possibilidade de ter algum pertence furtado dentro do território da favela depois da chegada da UPP. E também tive essa mesma percepção quando, entre 2012 e 2013, passei a frequentar a Cidade de Deus. Nessa favela ouvi muitos rumores sobre a ocorrência de furtos, roubos e de estupros. O caso que mais me chamou a atenção foi um furto ocorrido na loja da mulher do “dono” de uma das áreas mais famosas da Cidade de Deus. O caso surpreendeu os moradores e traficantes, pois ninguém poderia imaginar que algum assaltante tivesse a “audácia” de furtar dinheiro da loja da mulher do próprio dono do tráfico. O caso parecia ser tão absurdo que ninguém levantou a hipótese de que um morador da favela pudesse ter realizado o crime. Mas, várias foram as especulações.

Alguns moradores especulavam que o furto poderia ter sido realizado por um usuário de crack, visto que só uma pessoa drogada e fora de si teria a ideia insana de cometer tal ato. Outros moradores, no entanto, achavam que essa versão não fazia sentido, já que esse era um crime elaborado demais para ser feito por um drogado ou “crackudo”. Afinal, roubar a loja da mulher do dono envolvia uma série de cálculos e planejamentos – para saber quem tomava conta da loja, em que horários não havia ninguém e onde ficava guardado o dinheiro.

Outra hipótese utilizada para explicar o crime levantava como suspeito algum ex-integrante do tráfico expulso da favela. Essa versão parecia ser mais plausível pois alguém que já tivesse atuado junto com outros traficantes da favela, talvez soubesse que tipo de segurança é feita na loja da mulher do dono e talvez também pudesse estar motivado, além da vontade de ganhar dinheiro, por um sentimento de vingança – já que o furto gerou não só uma perda material, mas também uma desmoralização para o próprio “dono” que, indiretamente, foi furtado.

Uma terceira versão que circulou pela favela na época indicava que o furto poderia ter sido cometido por milicianos que dominam uma das diversas áreas da Zona Oeste ocupadas por milícias. Os mais prováveis teriam sido os milicianos da Gardênia, interessados em “tomar a Cidade de Deus” e, portanto, em “desmoralizar o dono”. Por fim, havia ainda uma quarta especulação de que o crime, na verdade, teria sido cometido por um policial da UPP:

Aumentou muito o roubo depois da UPP. Isso é constante. É nego roubando casa. Roubaram até mulher do dono do tráfico aí. Ninguém sabe, desconfiança tem. Dizem que é a polícia. Ele só fica sentado ali na casa dela. Não sabem se foi policial da UPP ou de fora. Mas quem conhece o movimento da comunidade? Quem agora tá aqui 24 horas monitorando tudo? E quem pode se garantir pra fazer um negócio desse? Só um policial, e eu acho que foi um policial da UPP. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Nenhuma dessas versões foi confirmada e o caso acabou sendo silenciado, já que muitos moradores pareciam ter medo até mesmo de comentar sobre ele. Certa vez, quando o assunto apareceu em uma roda de conversa, um morador, insistentemente, sugeriu que era “melhor deixar isso para lá”, repetindo várias vezes que esse tipo de assunto era melhor “deixar quieto”. Chegou mesmo a dizer que “isso envolvia coisa séria e que, como pesquisadora, eu não deveria me meter com esse tipo de coisa”.

Embora exista um silenciamento de casos como este furto ocorrido na Cidade de Deus, os policiais não desconhecem que houve um aumento dos crimes não letais em favelas “pacificadas”. Como apontou o capitão Andrada, durante uma entrevista, algumas das mudanças ocorridas nos delitos após a chegada da UPP:

O que mudou um pouco é que alguns tipos de delitos, algumas ocorrências que hoje a gente tem, não tinham antigamente. Antigamente, o morador queria brigar com o vizinho, mas ele tinha muito medo, porque o tráfico impunha aquele terror: “Se fizer, eu vou matar, eu vou expulsar”. Então, hoje, acabam aparecendo alguns delitos, como briga de marido e mulher. “Ah, porque o marido bateu...” Isso eu estava até vendo em uma pesquisa, que a gente sempre tinha briga de casal – o marido bateu na mulher –, mas, realmente, tem muito o contrário também, que a mulher é que bate no marido. Briga de casal todo mundo pensa logo: “Ah, o marido...” Mas, a mulher bate no marido. Antes, ela não fazia com medo dos traficantes: “Ah, o marido é amigo do traficante ali, eu vou fazer, vão me matar, vão me expulsar daqui.” Hoje, a gente procede na forma da lei. Quando acontece, a gente vai lá, pega e conduz as partes para a delegacia. Briga de vizinho? Ninguém brigava. Furto? Se tinha, ninguém nem falava porque sabia que as sanções eram essas daí, morte... Hoje em dia, a gente pega, conduz para a delegacia, abre um inquérito. Então, não é aquele impacto. São apenas esses pequenos delitos. (Trecho de entrevista com capitão Andrada, realizada em 2012, enquanto ele era comandante da UPP do Morro Santa Marta)

Vários moradores criticam os agentes da UPP dizendo que eles parecem desconsiderar a gravidade do aumento dessas ocorrências. As falas de alguns policiais, como a de Andrada, indicam que, de certo modo, eles amenizam a gravidade de tal crescimento dizendo que esses “são pequenos delitos” que “agora ocorrem no morro, do mesmo modo que sempre aconteceram no resto da cidade”. Como afirmou Priscilla Azevedo: “os viciados que fazem esses crimes, eles furtam qualquer coisa

para trocar por crack. (...) Então, hoje esses crimes passaram a acontecer nas favelas nessa nova realidade. Tudo que acontece fora da favela, está começando a acontecer dentro da favela”.

8.5. “A UPP serve para que, se agora está tendo estupro e roubo na favela?”

Muitos moradores mostram-se incomodados com a postura dos policiais diante dos casos de furto e estupro ocorridos em favelas “pacificadas”. Lázaro, um morador de 9 anos do Santa Marta, me contou, por exemplo, que teve sua piscina de plástico furtada e que procurou policiais para relatar o caso. Mas como mostra o depoimento abaixo, o menino não ficou muito satisfeito com a reação dos policiais:

Sabe por que eu não gostei da chegada da UPP? Porque roubaram a minha piscina. Aí fomos falar para a polícia e a polícia não fez nada. Roubaram dentro da minha laje. Estava em cima da laje. E os policiais falaram assim: “acha tu!”. Antes, quando roubavam aqui, o bandido pegava quem tinha roubado e mandava entregar de volta para o dono. (Trecho da fala de um jovem de 9 anos morador do Santa Marta)

Em janeiro de 2014, li novos relatos de insatisfação de moradores sobre a atuação da polícia quando o presidente da associação de moradores do Santa Marta postou um texto no Facebook. No *post*, ele comunicava que furtos de carros estavam acontecendo na parte do Santa Marta que fica bem ao lado da sede da UPP na favela. Várias pessoas comentaram o *post* reclamando que não entendiam como os policiais não viam nada disso acontecendo nem tomavam nenhuma atitude: “Acontece isso ao lado deles e eles não veem nada? Legal, UPP no Santa Marta serve pra quê?”. Um morador aproveitou para denunciar um outro caso de furto: “Entraram pela janela do meu banheiro hoje enquanto eu estava no pico e levaram meu play 2...Tá complicado”. E um ex-morador da favela sugeriu que a população se unisse para fazer justiça com as próprias mãos: “vocês que moram no STM, têm que se unir e pegar esse ladrão de galinhas, por que com certeza é morador da comunidade, vamos ficar esperto!”.

Gomes – um carioca que atua na PMERJ há 20 anos – aponta que lidar com os casos de furto, estupro, assim como de brigas²⁴² nas favelas “pacificadas” não é tão

²⁴² Vale notar que as brigas em áreas “pacificadas” podem ser mediadas por: policiais; presidentes da associação de moradores; outras lideranças ou traficantes. A escolha do mediador vai depender de quem está envolvido no conflito, o que está em disputa, o local e o momento onde ele ocorreu. Moradores apontam que se antes da UPP a resolução de conflitos com muita frequência passava pela boca, agora há mais situações em que moradores “resolvem tudo por eles mesmos”, sem passar pela

simples quanto possa parecer. Ele afirma que no trabalho cotidiano nas UPPs, os policiais precisam evitar, de um lado, a prevaricação e, de outro, o abuso de autoridade e o uso excessivo da força física. Para não cair nem para um lado nem para o outro, eles têm que sempre decidir situacionalmente qual é a melhor atitude a ser tomada. Na verdade essa não é uma especificidade do trabalho nas UPPs. A discricionariedade é uma das principais características do trabalho policial²⁴³. Mas no caso do chamado “policiamento de proximidade”, segundo os PMs, esse dilema parece ficar ainda mais intenso, uma vez que a ação policial tem mais visibilidade em favelas “pacificadas” do que em não “pacificadas”. Logo, qualquer “erro de cálculo” na ação policial nessas áreas pode acabar ganhando uma maior repercussão e uma maior cobrança pode recair sobre o policial do que ocorreria em outras áreas.

Gomes explicita que, nos casos de briga, por exemplo, os policiais da UPP precisam agir com muita cautela. Por ter mais tempo de experiência, ele diz que orienta os jovens que ingressaram recentemente na PM a não intervir imediatamente nesse tipo de ocorrência. Ainda que não devam deixar de tentar conter confusões e agressões, segundo Gomes, é preciso saber a hora e o modo certo de agir para que os moradores envolvidos na briga não acabem voltando-se contra os próprios policiais.

mediação de um traficante: “agora tem muita coisa que o morador passou a ter autoridade. Tem camarada aqui que vê que eles (traficantes) nem sempre andam armados, que são moleques. Então tem muita coisa que o morador resolve por si próprio, não vão mais desenrolar na boca como antigamente, não. Antes tudo tinha que ir na boca resolver. Agora o morador resolve por ele mesmo sem pedir autorização para ninguém”. Moradores apontam também que, além dos traficantes não terem mais a mesma autoridade, os policiais também não seriam mais tão temidos como antes: “a gente observou que os policiais que estão agora, eles são muito pacíficos. (...) Antigamente você não falava um “ai” com polícia. Os policiais te paravam na esquina, te paravam para agredir. Hoje em dia não (...) Os policiais perderam sua autoridade. O pessoal sabe que eles não vão atirar, então não respeitam mais como antes”. Um policial me disse que tem a mesma impressão que o morador. Nas palavras dele: “é melhor usar arma de choque ou spray de pimenta, porque andar armado não impõe mais respeito já que os moradores sabem que a gente não pode atirar à toa dentro de favela pacificada”.

²⁴³ Como aponta Oliveira, “a força excessiva é um risco na ocupação de um profissional que lida com o perigo e é treinado para, e autorizado, a usar a força, inclusive a fatal. A questão que permanece é o *quantum* de violência é justificável e em quais situações. As prescrições legais são muito vagas e gerais para servirem de guias precisos aos policiais que, nas ruas, enfrentam situações ambíguas e devem responder a elas de imediato. (...) A falta de claro padrão para o recurso à agressão física em geral faz com que o agente público dependa de sua discricionariedade para decidir se deve ou não exercer este seu direito em determinado encontro (...). Todavia, não se deve atribuir à negligência das autoridades policiais a falta de prescrições precisas e inequívocas para o uso da violência em geral, sobretudo da força não letal, pois essas providências talvez não possam ser tomadas devido à natureza da ocupação policial: o quantum de força deve usar-se e em que situação. A pergunta parece ser irrespondível, enquanto a situação a ser confrontada pelo agente permanecer em aberto, e a noção de força necessária, vaga. O recurso à coerção física como um meio de resolução de conflitos envolve essa complexa questão estrutural que não será superada com as perplexidades e a genuína revolta da população diante dos excessos dos detentores imediatos da força pública” (2010, p. 147).

Briga de marido e mulher é muito comum. Aí a gente tem que intermediar. Se um dos cônjuges autoriza não é invasão de domicílio. A pessoa pede socorro, eu chuto a porta e entro. (...) Sábado passado teve uma briga de família. Todo mundo encachaçado. (...) Quando os policiais chegaram para apaziguar, tem sempre aquele que acha que é o mais forte. Então começou uma via de fato (...).Então, eu orientei os policiais assim: primeiro deixa eles se matarem, depois que está tudo dominado, que eles estão cansados, que já apanharam, aí sim aí pode ir lá. Já apanhou, já está saindo sangue. Se a gente chega na hora que está acontecendo eles acham que a gente não deveria se intrometer. Então, a briga ao invés de partir para eles, vira contra a gente. Aí já está definido quem apanhou, quem bateu. Aí a gente atua. Isso é psicológico, infelizmente é. Teve relato aqui de colegas que levaram soco no nariz porque foram intervir numa ocorrência. Toda profissão tem gente que exagera um pouquinho. Infelizmente, temos alguns que extrapolam um pouquinho, mas a maioria não. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta).

Nos casos de furtos e de estupro, a situação às vezes é ainda mais delicada, pois, segundo os policiais, os moradores demandam deles atitudes que eles não podem tomar, como, por exemplo, agredir aquele que cometeu o crime. As falas de dois policiais apontam que, na visão deles, os moradores costumam ficar insatisfeitos com a atuação da polícia porque eles têm como parâmetro o modo como os traficantes atuavam nesses casos no passado:

O senso de justiça dos moradores dessas comunidades é a justiça imediata. Ninguém quer esperar um inquérito policial virar um processo e ter uma sentença, comparecer para prestar declaração, chamar testemunhas... Esse processo para eles é algo muito novo de acesso. Eles sabiam da existência mas não tinham acesso. Quem resolvia o problema da comunidade era o chefe do crime. (Trecho da fala da major Priscilla Azevedo durante Seminário Internacional “Violência, pacificação urbana e direitos humanos – A experiência das UPPs no Rio de Janeiro”, realizado entre os dias 03 e 06 de dezembro de 2012 no Centro Cultural da Justiça Federal)

Se você saía de casa e tinham roubado da sua casa, você voltava para casa tinha que aparecer quem foi para o tráfico fazer a justiça dele, né? Então, eles eram juiz, executor e advogado. Resolviam tudo. Uma vez teve um probleminha aqui de uma casa que tinha sido invadida quando ela estava trabalhando. Aí ela falou “na época do tráfico estava aqui não tinha isso, minha casa nunca tinha sido invadida”. “Minha senhora, nós estamos fazendo patrulhamento. Mas o problema é que nós não fazemos como os traficantes. (...) Eles matam (...). Nós trabalhamos na lei (...). Eu não posso chegar nesse cara e dar um tiro num cara desse porque ele invadiu sua casa. Isso aí é um delito de furto. No código penal não tem nada que justifique que eu chegue e dê um tiro. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Embora seja verdade que, por muito tempo, em favelas os hábitos de resolução de conflitos estiveram atrelados às práticas de “justiçamento” da boca de fumo, creio que há um elemento moral desconsiderado tanto pelo argumento da polícia quanto por parte da literatura que discorre acerca do tema. Pois se é verdade que o tráfico de drogas tem e mantém o seu domínio do território favelado prioritariamente pela lógica

da força, é igualmente verdade que as práticas violentas não se assentam única e exclusivamente na própria força ou nos interesses particulares e privados do tráfico de drogas. Não apenas o próprio tráfico arroga esse título para si, como parte dos moradores de favela a ele também conferem o papel de “guardião” da “honra” ou da ordem moral da comunidade. Quando o tráfico se envolve em assuntos que aparentemente não lhe concernem diretamente como briga de vizinhos, violência contra mulheres, maus tratos contra crianças e pune severamente, sobretudo, furtos e estupro, ele não atua em nome próprio, mas sim em termos do “bem comum” – e é através disso que ele supre boa parte das expectativas morais de parte da população local. Isso significa que o emprego da violência, ao menos quando dirigida contra aqueles que praticaram tais atos condenáveis pela ordem moral local, não apenas é vista por grande parte da população como legítima, como há uma demanda de que ela ocorra. Como afirmou o morador do Santa Marta:

Alguém que apanha no morro, ele está apanhando porque ele cometeu alguma vacilação. Ou é desavença, desentendimento pessoal, ou ele cometeu alguma, vamos dizer assim, algum ilícito, alguma criminalidade que diz respeito ao código de comunidade mesmo. A comunidade, ela tem os seus códigos, tem suas condutas. Todo mundo sabe que ladrão no morro vai levar um pau. Todo mundo sabe que estuprador no morro vai levar um pau. E tem que levar mesmo, não é? Sempre foi assim, é cultural. Vai acontecer com UPP ou sem UPP. Isso é normal. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Do ponto de vista da ordem moral, a questão não é se um ato violento, embora ilegal, deve ou não ser praticado, mas é simplesmente saber, primeiro, se os atos violentos são praticados com a pessoa certa e, segundo, se há uma devida proporção entre o ato imoral cometido e a punição que lhe é subsequente. Por exemplo, segundo os critérios comumente empregados nas favelas sob o domínio territorial do tráfico, furtos tendem a ser punidos com ações violentas não letais ou banimento da comunidade, enquanto estupros, sobretudo quando praticados contra crianças, são, em praticamente todos os casos, punidos com morte.

Sustento, assim, que a frustração de grande parte da população das favelas “pacificadas” em relação ao trabalho da UPP se sustenta em dois aspectos. O primeiro refere-se à temporalidade dos processos de justiça. Enquanto na boca de fumo, as *atitudes* normalmente são tomadas de imediato ou pouco depois e, quando necessário, um *desenrolo* logo acontece, no caso da polícia, todos os procedimentos burocráticos como o registro do boletim de ocorrência, a instauração do processo etc.,

soam excessivamente lentos e ineficazes, e assim se descolam e perdem aderência concreta com as estruturas temporais de resolução de conflito dos favelados.

O segundo aspecto diz respeito à questão propriamente moral. A UPP, ao não operar como a “guardiã” da “honra” da comunidade, frustra as expectativas morais de alguns moradores, dando a sensação de que a favela pós-UPP está “largada”, cheio de “vacilação” e que a “casa está vazia”, ou seja, sem alguém que consiga “colocar e impor respeito”. Como certa vez argumentou um morador da Cidade de Deus que no passado foi um dos “frentes” da favela: “quem se preocupa mais com a honra, em relação a guardar a comunidade, não é a UPP, mas são os traficantes”²⁴⁴.

Em resumo, pude perceber que o aumento de crimes não letais em favelas “pacificadas”, além de ter gerado novas inseguranças entre os moradores desses territórios, gerou também um duplo jogo de críticas e acusações. Por um lado, policiais acusam os moradores de terem um “senso de justiça imediata” e demandam que a polícia utilize a força de um modo que não é permitido por lei. Por outro, os moradores apontam que o problema central seria a falta de interesse e esforço dos PMs para prevenir e investigar esses crimes. Moradores apontam como alguns indicadores desse “desinteresse” o fato dos policiais da UPP já não circularem tanto pelo território como ocorria no início da ocupação, já não estão mais fazendo

²⁴⁴ Dito isto, é necessário acrescentar imediatamente que se é verdade que, em alguns momentos, certos traficantes podem exercer o papel de “guardiões da honra da comunidade”, alguns moradores criticam essa ideia de que os traficantes não deixam “vacilação” ocorrer na favela. Boa parte dos moradores lembram que “vacilações” acontecem a todo momento, mas só são punidas dependendo de quem está envolvido e do contexto no qual a “mancada” ocorreu. Em última instância, esses moradores apontam que a questão da força é o que predomina, uma vez que se que o pessoal que vacilou tem mais poder do que aquele que foi atingido pela vacilação, a probabilidade de uma punição ocorrer é exponencialmente reduzida. Para ilustrar o que acabo de dizer, trago à baila um caso narrado por um morador. Ele conta que um traficante, voltando de um baile funk, urinou na porta de sua casa. Sentindo-se desrespeitado com aquele ato, o morador foi até a boca reclamar da situação. Lá chegando, ele se queixou do ocorrido e perguntou para o traficante que havia urinado o que ele faria se o contrário acontecesse, ou seja, se ele como morador tivesse urinado na porta de sua casa. A resposta dele foi emblemática: “se você mijasse na porta da minha casa, eu dava um tiro na sua cara”. Ou seja, ele reconhece que o que ele fez foi errado, uma vez que ele puniria exemplarmente alguém que fizesse isso com ele. Mas, como ele tem mais força, ele se acha capaz mijar na porta da casa do morador sem que nada aconteça com ele. Outro exemplo, também extraído de relatos do campo, é referente a um bandido famoso da Cidade de Deus que costumava punir com morte qualquer pessoa da favela que mexesse com umas de suas mulheres. Vários morreram sob essa alegação. Certa vez ele saiu com a mulher de um morador que, por não ter nenhum envolvimento, nada pôde fazer. Mas a questão não parou por aí. Um de seus rivais no tráfico (que pertencia à mesma boca de fumo e era de um cargo hierárquico semelhante ao dele), levou o problema adiante e, em um “desenrolô”, alegou essa desigualdade de postura dizendo que ele deveria pagar com a mesma moeda que ele cobrava as pessoas que faziam o mesmo que ele fez. Por se tratarem de pessoas com o mesmo nível de poder na hierarquia do tráfico, nada aconteceu. Por isso, se é possível afirmar que por vezes as ações violentas do tráfico atendem as expectativas morais dos moradores (e esses casos estão sobretudo atrelados às respostas aos crimes como estupro e roubo), a dimensão moral, na prática, está sempre limitada e subjugada às relações de força e poder.

tantas rondas e abordagens na favela, ficam só sentados dentro das viaturas com ar-condicionado ligado, mexendo no celular ou “jogando papo fora”. Há rumores de que alguns PMs ficam até vendo jogo de futebol em bares da favela bebendo cerveja em horário de expediente e que outros promovem “festinhas” e levam mulheres e bebidas para dentro de uma das sedes da UPP no Santa Marta²⁴⁵.

Por conta desse tipo de comportamento, muitos moradores consideram que a favela “está largadona”. A partir dessa constatação alguns questionamentos eram: “se a UPP não é capaz de garantir a segurança do morador por que ela está presente na favela?” e “se furtos e estupros aumentaram depois da chegada da UPP para que serve o tal ‘policiamento de proximidade’?”. Como resumiu uma liderança do Santa Marta: “o aumento desses casos só confirma que a UPP só está no morro para reprimir, vigiar, controlar a gente e não para garantir nossa segurança! Eles só querem vigiar a favela porque acham que, assim, vão garantir a segurança do resto da cidade”.

Se até 2012 muitos moradores tinham a percepção de que nem os policiais nem os traficantes estavam fazendo nada para prevenir ou punir a ocorrência de casos de furto e estupro nas favelas “pacificadas”, a partir de 2013 esse cenário começou a apresentar algumas mudanças. Comecei a ouvir alguns relatos de que traficantes estariam “voltando” a coibir esse tipo de prática. Como afirmou um morador da Cidade de Deus: “com o tempo, os caras foram se estabelecendo novamente, eles começaram a puxar a rédea novamente. Então aí, com o passar do tempo, os caras começaram a controlar de novo e coibir mais essa coisa de roubo e estupro na favela”. A foto abaixo mostra, por exemplo, ameaças que foram pichadas da parede da Cidade de Deus em 2014. Na parede de um prédio a mensagem é clara: “quem for pego roubando vai morrer. Ass: KRT (Karatê) CV Boladão”.

²⁴⁵ Em abril de 2014, foi divulgada uma reportagem que mostrava que casos como esse também ocorriam em outras favelas. Uma mulher apelidada de “Maria UPP” ganhou destaque em inúmeras reportagens. Ela “A Maria UPP, mulher que apareceu em fotos de orgias com policiais de Unidades de Polícia Pacificadora, afirmou, em entrevista à Rede Record, que já saiu com mais de mil PMs. Perguntada sobre o motivo, Patrícia Alves, uma pernambucana de 23 anos, foi sucinta: “Fiz porque gosto de sair com os ‘polícia’. Já saí com mais de mil”. A Maria UPP, que prefere o apelido de Pacificação, revelou que se relaciona com policiais há mais de cinco anos. Geralmente, nas bases das UPPs. Segundo ela, as visitas se estenderam pelas 37 unidades espalhadas pelo Rio: “Fui a todas as UPPs. Fazíamos no horário de serviço, mas às vezes também saímos juntos. A maioria dos policiais eram casados”. Fonte: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/maria-upp-mostra-a-cara-e-abre-o-jogo-ja-sai-com-mais-de-mil-pms-fiz-porque-gosto-20042014> (Acessado em 14 de outubro de 2014).



O fato de o tráfico ter voltado a “controlar” esse tipo de ocorrência na favela é visto com “bons olhos” por alguns moradores. Certa vez ouvi que um menino tinha levado umas “madeiradas” pois teria furtado uma casa na Cidade de Deus. O morador que me contou o caso, disse que ele achava “bom isso acontecer para o pessoal ficar esperto e ver que a favela não está largadona, que não é para ficar de vacilação”. Algumas semanas depois fiquei sabendo de um caso ainda mais grave. Traficantes mataram na Cidade de Deus um homem que teria violentado sexualmente a enteada de 2 anos. Logo depois descobriram, contudo, que o estupro não tinha ocorrido, que a criança estava apenas com assaduras normais causadas pelo uso de fralda²⁴⁶.

Os casos narrados acima mostram como, especialmente a partir de 2013, os traficantes presentes nos territórios “pacificados” voltavam a usar a força física para punir a ocorrência de certos crimes e atuar diretamente no controle de uma certa “ordem pública” na favela. Não podemos ignorar que tal atuação é desejada e até mesmo considerada legítima por grande parte dos moradores que acreditam que, se a UPP não está interessada e “não faz nada” para conter a ocorrência de furtos, roubos e estupros na favela, “é melhor os traficantes agirem do que deixar tudo largado”. No entanto, é importante ressaltar também que a ocorrência desses casos gerou uma forte preocupação entre alguns outros moradores da Cidade de Deus que encararam o fato de traficantes estarem voltando a usar a força física para tentar controlar a ocorrência de certos crimes dentro da favela como um dos primeiros indícios de que de que está “tudo voltando a ser como antes da UPP” nos territórios “pacificados”.

²⁴⁶ O morador que me contou sobre o caso, disse indignado que o homem morto na verdade era “uma pessoa de bem” que cuidava sozinho da enteada pois a mãe do bebê tinha abandonado a criança. Segundo ele, a morte foi causada por uma fofoca que teria sido espalhada por uma vizinha que viu o homem assistindo um filme pornográfico com a criança no colo. Ele questionou ia tomar conta da menina de 2 anos que ficou sozinha agora, que queria ver se a vizinha fofoqueira ou se alguém do tráfico que cometeu o crime ia ajudar a criança que ficou “sozinha no mundo”.